

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LEANDRA ECKERT

O CONTADOR COMO CONSULTOR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

**Florianópolis
2004**

LEANDRA ECKERT

O CONTADOR COMO CONSULTOR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Erves Ducati, M.Sc.

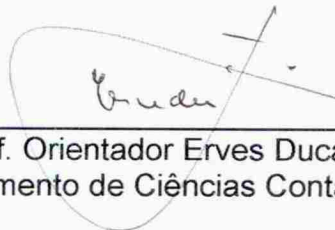
**Florianópolis
2004**

LEANDRA ECKERT

O CONTADOR COMO CONSULTOR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 8,0....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:



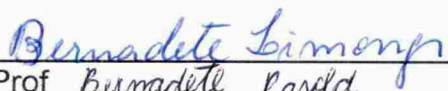
Prof. Orientador Erves Ducati, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída...8,62.....



Prof. Leônidas Borges
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....



Prof. Bernadete Limongi
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Florianópolis, 16 de março de 2004.



Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

***Dedico este trabalho a
Deus em primeiro lugar e
à minha família, com muito amor.***

"As empresas são as instituições mais importantes que pode ter um país. Delas, quase tudo é consequência: o equilíbrio social, a felicidade, a liberdade, o direito de viver... Se forem iniciativas com muito idealismo, planejamento e trabalho consciente, estarão, sem dúvida, emanando a realidade de uma nação sadia".

Antonio Carlos de Souza Ramos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo o que ele maravilhosamente opera em nossa vida e por estar concluindo com sucesso mais uma etapa de minha vida.

Agradeço à minha mãe, Metilde Maria Eckert e meus irmãos Leonir Eckert, Leonésio Eckert e Leonilce Eckert, pelo amor incondicional a mim dedicado e pelo apoio e incentivo apesar da distância que nos separa.

Agradeço a meus colegas universitários que muito me ajudaram, não só na elaboração da monografia, mas também pelo auxílio em outras matérias possibilitando destinar mais esforços à elaboração deste trabalho.

Agradecimento especial a Airton Morganti e Alexandra Mara de Brito pela ajuda na própria elaboração e configuração deste trabalho.

Agradeço a meu orientador Prof. Erves Ducati, MSc., pelo auxílio, direcionamento e pela paciência e compreensão durante o período em que fui sua orientanda.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram com esse trabalho ou apoiaram e incentivaram a sua realização.

Obrigada de coração a todos vocês.

RESUMO

ECKERT, Leandra. *O contador como consultor da micro e pequena empresa*, 2004, 60 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo tem o objetivo de demonstrar de que forma o contador pode auxiliar as micro e pequenas empresas a aumentar as possibilidades de permanência no mercado. Por ser um assunto abrangente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível conceituar micro e pequenas empresas, demonstrar o cenário econômico onde essas empresas atuam e o perfil de seus proprietários, estudar a contabilidade e suas áreas de atuação e demonstrar os principais relatórios que podem ser disponibilizados às pequenas empresas com foco maior na área financeira, onde foram estudadas as Contas a Receber e Contas a Pagar, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e os benefícios que uma empresa tem em utilizar-se desses controles e relatórios para gerenciamento e acompanhamento dos resultados obtidos em sua atividade. Aplicando esses controles básicos o contador pode ser um efetivo consultor para esses empresários, analisando a realidade de cada empresa e adaptando-os conforme a necessidade de cada caso, visando manter uma boa saúde financeira, para que as mesmas possam ter mais estabilidade, permanecendo ativamente no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial, Relatórios Contábeis, Micro e Pequenas Empresas.

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 - Modelo básico de controle de Contas a Receber por cliente</u>	40
<u>Quadro 2 - modelo de controle de contas a pagar por fornecedor</u>	42
<u>Quadro 3 - Modelo básico de Fluxo de Caixa</u>	46
<u>Quadro 4 - Modelo básico de DRE</u>	49
<u>Quadro 5 - Configuração básica do Balanço Patrimonial</u>	51
<u>Quadro 6 - Estrutura básica do Balanço Patrimonial segundo a Lei 6.404/76</u>	53

SUMÁRIO

<u>RESUMO</u>	6
<u>LISTA DE QUADROS</u>	7
<u>1 INTRODUÇÃO</u>	9
<u>1.1 Assunto e Tema</u>	9
<u>1.2 Problema</u>	10
<u>1.3 Objetivos</u>	11
<u>1.4 Justificativa</u>	11
<u>1.5 Metodologia</u>	14
<u>1.6 Limitações</u>	16
<u>1.7 Organização</u>	17
<u>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</u>	18
<u>2.1 Micro e pequenas empresas</u>	18
<u>2.2 Perfil dos novos empreendedores</u>	19
<u>2.3 Cenário Brasileiro</u>	21
<u>3 A CONTABILIDADE NOS NEGÓCIOS</u>	25
<u>3.1 Conceitos e importância da Contabilidade</u>	25
<u>3.2 O papel do contador na atualidade</u>	28
<u>3.3 Contabilidade para micro e pequenas empresas</u>	30
<u>4 RELATÓRIOS E CONTROLES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</u>	36
<u>4.1 Contas a Receber e Contas a Pagar</u>	38
<u>4.2 Fluxo de Caixa</u>	43
<u>4.3 Demonstração do Resultado do Exercício</u>	47
<u>4.4 Balanço Patrimonial</u>	50
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	56
<u>REFERÊNCIAS</u>	58

1 INTRODUÇÃO

Esta seção tem o objetivo de apresentar o assunto a ser tratado, os principais pontos que motivaram a sua realização e quais os objetivos propostos, bem como a metodologia adotada para a pesquisa.

1.1 Assunto e Tema

O Brasil é um dos países do mundo onde o empreendedorismo é mais acentuado. Grande parte da população economicamente ativa não se satisfaz ou não tem possibilidade de trabalhar como empregada. Isso faz com que um número elevado de empresas novas sejam abertas em todo o país. De acordo com dados levantados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foram constituídas entre 1990 e 1999 no Brasil, 4.942.424 empresas, das quais aproximadamente 54,29% enquadradas como microempresas.

Dessas empresas, muitas acabam encerrando suas atividades nos primeiros anos. Aproximadamente 39% delas fecham no primeiro ano, aumentando esse índice para 52% até o segundo e para 59% até o terceiro ano de atividade.

Cabe ressaltar a importância dessas empresas na economia nacional, especialmente quanto à geração de empregos. Segundo a mesma pesquisa do SEBRAE, as micro e pequenas empresas respondem juntas por 39,58% da mão de obra ocupada nos setores industriais, comerciais e de serviços.

Neste cenário, a contabilidade aparece como um instrumento necessário, visto que muitos desses novos empreendedores não têm exatamente uma formação

que lhes garanta habilidade e segurança na gestão de seu negócio, tomando-se importante a busca por auxílio e orientação.

Inevitavelmente eles já estarão sendo assessorados por um profissional da área contábil, considerando-se a necessidade do registro legal desta nova empresa, mas é evinente que o papel da contabilidade não deverá ser somente esse, o de registrar as formalidades legais da empresa que surge, mas também o de orientar os novos gestores, usando de seus conhecimentos e dos instrumentos que a contabilidade oferece aos tomadores de decisão.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende abordar o tema: O Contador como Consultor da Micro e Pequena Empresa.

1.2 Problema

A maior parte das micro e pequenas empresas que surgem no Brasil acabam encerrando suas atividades no primeiro ano de existência, sendo que um dos principais motivos é a falta de controles internos.

Neste aspecto, o contador tem a obrigação de auxiliar os seus clientes, orientando-os e fornecendo a eles as ferramentas necessárias para uma gestão eficaz, que prolongue a existência e aumente a lucratividade dessas empresas.

Diante disso, esse trabalho visa buscar e demonstrar uma forma de responder ao seguinte questionamento:

De que forma o profissional da contabilidade pode auxiliar as micro e pequenas empresas a prolongar sua permanência no mercado?

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar de que forma o contador pode auxiliar as micro e pequenas empresas a aumentar as possibilidades de permanência no mercado.

Visando atingir o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- conceituar micro e pequenas empresas;
- identificar e apresentar o cenário brasileiro onde elas estão inseridas e o perfil dos pequenos empreendedores;
- verificar, através de pesquisa bibliográfica, quais relatórios e controles são mais úteis e de fácil utilização para auxiliar a boa gestão das micro e pequenas empresas; e,
- analisar os instrumentos utilizados e os benefícios de sua utilização na gestão dos negócios.

1.4 Justificativa

O cenário econômico mundial vem passando por uma série de transformações que afetam diretamente todas as empresas inseridas no mercado, gerando a necessidade de reverem os seus procedimentos, para se adequarem a essas mudanças. As micro e pequenas empresas brasileiras não ficam excluídas desse cenário.

Os adventos tecnológicos, especialmente a Internet, tomaram o mundo mais ágil, dinâmico e sem fronteiras. A velocidade das informações e das novas

tecnologias é cada vez maior. Nesse contexto, talvez as micro e pequenas empresas sejam as que mais encontram dificuldades em competir, devido a vários fatores como falta de capital disponível para investimento, falta de uma legislação tributária e trabalhista adequada à sua realidade, e também por falta de conhecimento e preparo dos seus gestores sobre as ferramentas que podem auxiliar a administração de pequenos negócios.

Mas é necessário ressaltar a importância dessas empresas no âmbito geral do mercado. Não é difícil verificar que as micro e pequenas empresas representam a maior parte dos estabelecimentos existentes no Brasil. Essas empresas são importantes para a geração de empregos e movimentação da economia nacional. Observa-se também que elas formam a maior parte da clientela dos profissionais que trabalham na área contábil, especialmente dos escritórios de contabilidade.

Esse profissional também está passando por uma fase de transformação dentro de sua atividade. Há certo tempo, conhecia-se a figura do contabilista como “guarda-livros”, pouco depois, esse profissional passou a ser visto como um “emissor de impostos”, o que abalou um pouco o mercado da atividade, já que por muitos empresários foi e para alguns continua sendo visto como “um mal necessário”, já que para ter uma empresa é indispensável o profissional da contabilidade, uma vez que a parte legal da empresa precisa de um contador responsável perante os órgãos de fiscalização e arrecadação.

Mas Vasconcelos (2000, p.20) comenta que “o profissional da Contabilidade deixa, enfim, de carregar o rótulo de guarda-livros e assume o papel que lhe cabe, o de gestor do patrimônio”. Diante de tantas mudanças e da busca contínua da classe em melhorar a sua própria imagem e procurar criar novas oportunidades no mercado

para a contabilidade, ela foi buscar a sua própria essência. Ludícibus e Marion (1999, p.35) ressaltam que “é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial”. Sendo a ação humana que modifica o patrimônio, é preciso buscar formas de modificá-lo a favor dos seus proprietários.

Dessa forma procura-se hoje creditar à Contabilidade o seu valor como ciência e como atividade, pois é ela que tem a condição necessária de para informações, estudar o patrimônio das instituições e buscar soluções para a gestão de negócios.

Normalmente a administração de pequenos negócios é centralizada no seu fundador ou sua família, cuja gestão será baseada em intuição e conhecimento superficial de mercado, não havendo assim uma estratégia definida ou um planejamento a longo prazo.

Na medida em que esse empreendimento começa a crescer e aumentar sua participação no mercado, essa forma de administrar passa a ser ineficaz, pois a dimensão torna-se superior e surge a necessidade de descentralização do poder e de implementação de maior número de controles internos e relatórios informativos, para que as decisões possam ser tomadas com base nos dados históricos e nas projeções que poderão ser implementadas.

É nesse momento que a participação de um profissional da contabilidade, que já estará se relacionando com a empresa devido às exigências legais, se faz necessária para auxiliar esse pequeno empresário a enfrentar a nova realidade.

As ferramentas contábeis são amplamente utilizadas nas grandes empresas e o desafio da profissão está em disponibilizá-las para as pequenas e médias

empresas, pois os seus administradores são normalmente menos preparados para a tomada de decisões, sendo que além das informações também se faz necessária uma orientação, uma participação efetiva da contabilidade na gestão dessas empresas.

Diante do exposto, ressalta-se que este estudo tem o objetivo de pesquisar quais os instrumentos contábeis que melhor possam auxiliar os pequenos empresários e demonstrar quais os benefícios que eles podem agregar a essas empresas.

1.5 Metodologia

Este trabalho será realizado através de uma pesquisa exploratória. Segundo Gil, (1996, p.45), estas pesquisas têm como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Trata-se de um estudo exploratório, pois pretende-se explicar os problemas relacionados com as micro e pequenas empresas, buscando encontrar uma forma de aplicar os conhecimentos contábeis na solução ou redução dos mesmos, e para se poder obter um resultado satisfatório, será utilizada essa forma de pesquisa, pois é a que abrange mais possibilidades de respostas para a questão abordada.

Ressalta Gil (1999, p.42), que pesquisa é “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

O método científico, no entendimento de Rey (1993, p.9) “tem por base a observação rigorosa e imparcial dos fatos; observação essa que deve ser capaz de distinguir, dentre os muitos fenômenos que possam ocorrer em determinadas circunstâncias, aqueles que são relevantes para o estudo do problema em causa”.

Observa-se que a imparcialidade é fundamental na execução do método científico, pois mesmo que o pesquisador aspire alcançar êxito no que se propôs a realizar, não poderá comportar-se envolvendo-se pessoalmente com o objeto da pesquisa. Dessa forma, o desenvolvimento desse estudo busca demonstrar o problema pesquisado de forma prática e objetiva, procurando tratar com imparcialidade os fatos e informações a serem examinados.

Ressalta-se que, tratando-se de um estudo científico, que busca responder a um questionamento e trazer soluções a este, a ciência está diretamente ligada a esse processo, visto que é praticada com o objetivo de agregar soluções aos problemas levantados pois, na concepção de Ruiz (1977, p.126), a ciência seria um “estudo de problemas solúveis, mediante método científico”.

Este estudo, considerando-se o tratamento técnico a ser utilizado, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica. Rummel (apud MARCONI e LAKATOS, 1990, p.20) considera pesquisa bibliográfica “quando utiliza materiais escritos”.

Dessa forma, esta pesquisa foi elaborada através da análise e compreensão de textos retirados de livros e artigos já publicados e também tem como fonte literária textos disponibilizados na internet.

Ressalta-se que o processo de elaboração de uma monografia tem início na escolha do tema e na delimitação do assunto e objetivos do estudo proposto. Após

essa fase, inicia-se a coleta de material bibliográfico para estudo, no desenvolvimento dos objetivos para responder ao questionamento proposto, usando-se as ferramentas e formas de estudo e análise de dados já detalhados, até a apresentação perante uma banca examinadora.

Segundo Salomon (apud MARCONI e LAKATOS, 1990, p.204), monografia é “o tratamento escrito de um tema específico que resulte de interpretação científica com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência”.

Pretende-se com esta monografia responder ao problema proposto de encontrar uma forma de a contabilidade ser utilizada com o objetivo de propiciar uma maior continuidade das micro e pequenas empresas no mercado, de forma que utilizando-se as informações existentes neste trabalho, seja possível ter uma base para a aplicação da profissão contábil.

1.6 Limitações

As limitações básicas desta pesquisa são decorrentes do tipo de trabalho, assim como definidas pelos objetivos. Pelo fato desta pesquisa caracterizar-se como bibliográfica, limita-se à análise e estudo de publicações já existentes sobre os assuntos abordados.

Por não se tratar de um estudo de caso, não foi possível a confrontação com a realidade efetiva das empresas. Também para os profissionais da área contábil essa atividade de consultoria é recente, não havendo desta forma subsídios para avaliar se efetivamente a aplicação deste estudo possibilitará uma permanência maior das micro e pequenas empresas no mercado.

Outro fator limitante é a carência de material bibliográfico específico sobre o tema abordado.

1.7 Organização

Este trabalho está dividido em quatro (04) seções numeradas em seqüência, sendo elas: 1)Introdução; 2)Fundamentação Teórica; 3)A Contabilidade nos negócios; 4)Relatórios para micro e pequenas empresas; 5)Considerações finais.

A seção 1 refere-se aos seguintes tópicos: assunto-tema, problema, justificativa, metodologia, limitações e organização. A seção 2 apresenta a fundamentação teórica, onde são apresentados conceitos e definições de micro e pequenas empresas, entre outros.

A seção 3 discute a Contabilidade e sua importância no contexto da gestão de negócios com foco, principalmente, nas micro e pequenas empresas. A Seção 4 apresenta os relatórios contábeis direcionados para as micro e pequenas empresas.

A Seção 5 apresenta as considerações finais, assim como as conclusões e recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem o objetivo de definir teoricamente o que são as micro e pequenas empresas, qual sua origem e as características gerais de seus gestores e analisar sucintamente a sua condição atual no mercado nacional.

2.1 *Micro e pequenas empresas*

A Lei No. 9.317¹, de 05 de dezembro de 1996, define como microempresa àquela que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e como empresa de pequeno porte, a empresa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Porém, em se tratando de micro e pequenas empresas, não deve ser este o único critério para defini-las. De forma mais ampla e mais adequada para o propósito desta pesquisa, Resnik (1990, p.171) ressalta que “pequenas empresas são aquelas em que o proprietário-gerente controla pessoalmente toda a empresa, pois o tamanho ainda não ditou uma estrutura administrativa descentralizada”.

Observa-se que esse conceito está mais voltado ao objetivo deste estudo, que aborda a dificuldade de gerenciamento das micro e pequenas empresas, freqüentemente centralizado, ou seja, com uma única pessoa ou família a gerir o negócio, na maioria das vezes baseando-se em seus conhecimentos ou experiências de gestão mais ou menos empíricos e/ou informais.

¹ Lei No. 9.317 - Institui e regulamenta o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)

Resnik (1990, p.173) comenta ainda que outra característica das pequenas empresas é a severa limitação de recursos. E isso motivado pela combinação de baixa geração de recursos próprios, principalmente nos primeiros anos de atividade, com o restrito acesso a financiamento para investimentos em sua atividade.

Outro fator complicador dessa situação é o pouco preparo para o gerenciamento e para a tomada de decisão, por parte das pessoas que presidem tais tipos de organizações, gerando assim maiores dificuldades tanto internas como externas, que podem pôr em risco o sucesso do empreendimento.

No próximo tópico será tratado o perfil desses profissionais diante da realidade brasileira, quais as principais causas da abertura de novas empresas e como se pode buscar uma forma de amenizar o problema da falta de experiência em gerenciamento e tomada de decisões.

2.2 Perfil dos novos empreendedores

Muitas das empresas constituídas no Brasil surgem da vontade de pessoas que têm o objetivo de possuir um negócio próprio, de ser seu próprio chefe e poder seguir seu caminho sem a subordinação existente nas relações de emprego.

Outro fator que também é causador dos altos índices de abertura de novas empresas é o lado oposto deste, o desemprego, a impossibilidade de conseguir uma colocação ou recolocação no mercado de trabalho brasileiro. Esse aspecto é salientado por Floriani (2002, p.52), ao citar que

É fato incontestável a crescente responsabilidade e importância que o profissional de contabilidade vem assumindo, notadamente nesta última década quando, por imposição do processo globalizador da economia, o segmento das micro e pequenas empresas se multiplicou a olhos vistos, em decorrência dos contingentes aumentados de desempregados que partiram para o negócio próprio.

Resnik (1990, p.9) cita que “os empreendedores são preeminentemente iniciadores e, em geral, não estão atentos às responsabilidades administrativas ou se chateiam com elas”.

De qualquer forma, esses novos empreendedores normalmente não são pessoas qualificadas para a gerência de seus negócios. Não estão preparados para realizar uma boa administração dos recursos e atividades, embora tenham um bom conhecimento do produto ou da atividade com a qual iniciam essa nova empresa.

Resnik (1990, p.3) ressalta que “a boa administração – capacidade de entender, dirigir e controlar a empresa – baseia-se na atenção crítica do proprietário-gerente aos poucos fatores decisivos responsáveis pelo sucesso e sobrevivência da empresa”.

Grande parte das pessoas que gerenciam suas pequenas empresas, não estão devidamente cientes desses fatores e quais as suas reais implicações para o sucesso ou o fracasso e, já que a centralização da gerência é característica básica, somente o gerente-proprietário tem capacidade e poder para garantir a estabilidade da empresa, sem que isso represente a certeza de ter as habilidades necessárias para tal fim.

Resnik (1990, p.8) afirma que “apenas o proprietário-gerente pode estipular as prioridades e objetivos da empresa e decidir como os seus recursos devem ser alocados para terem maior impacto”. Isto representa grande risco para a empresa se seus gestores forem despreparados.

Mas, Maccoby (apud RESNIK, 1990, p.12) adverte que “os bons líderes hoje em dia não são pessoas ‘perfeitas’. Todos têm falhas. A diferença entre eles e os gerentes antigos é que admitem e lutam contra suas falhas, ao invés de ignorá-las e ficarem na defensiva”.

Essa falta de experiência ou conhecimento necessário sobre gerenciamento e administração não deve ser vista como um obstáculo intransponível na hora de abrir uma nova empresa.

O mais importante é que se busque aprender, com os próprios erros ou, ainda melhor, com os erros dos que já passaram por isso, e buscar soluções e o aprimoramento constante para gerir o novo negócio.

Verifica-se, ainda, que as pessoas que constituem uma nova empresa estão inseridas em um cenário que também interfere nos resultados que esta empresa irá obter portanto, no próximo tópico, abordam-se os aspectos pertinentes ao mercado brasileiro e como isso se reflete nas organizações.

2.3 *Cenário Brasileiro*

De Mori, et al, (1998, p.35) considera que:

toda organização – empresa, nasce e cresce em um contexto social específico e mantém relações dinâmicas com ele, relações de trocas recebendo os insumos necessários para o desenvolvimento de suas atividades e entregando os serviços ou produtos. Sendo assim, ela interfere em seu ambiente social ao mesmo tempo que reflete suas características.

Os fatores externos à organização interferem em seu dia-a-dia. Isso pode ser verificado pela análise do mercado e suas mutações, pelos seus concorrentes,

pela competição acirrada entre as empresas como também pela própria cultura interna que crescerá baseada nos aspectos culturais e comportamentais de seus gestores e das pessoas que trabalham para a empresa.

O avanço tecnológico é um dos fatores que modificaram a forma e a velocidade do mercado, dificultando ainda mais a tarefa de gerir negócios. De Mori, et al (1998, p.35) comenta que

observando a situação atual verifica-se que a Revolução Tecnológica e o Capitalismo Liberal, estabeleceram uma nova ordem mundial que desafiam os administradores no sentido de manterem a competitividade de seus produtos e serviços.

Pode-se constatar que na realidade brasileira essa dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica para as pequenas empresas é ainda maior pela escassez e dificuldade de acesso a recursos para investimentos, sejam eles em equipamentos, maquinários ou tecnologia.

Essa evolução também modificou os hábitos da população. Hoje as pessoas têm muito mais acesso à informação e com isso também estão exigindo mais qualidade nos produtos e serviços. Sá (2001, p.25) ressalta que

as preferências dos consumidores foram tangidas por diversos fatores, dentre os quais e, principalmente, os seguintes:

- 1) mídia eletrônica;
- 2) agilidade que a internet passou a processar por meio de ofertas e de lojas virtuais;
- 3) melhoria na utilidade dos produtos;
- 4) produção em maior escala e derivada de concentração de capitais; e abertura e internacionalização de mercados livres.

Outro fator da realidade brasileira que muito interfere no ambiente de negócios é que grande parte dos empreendedores trabalha na informalidade, seja pela falta de recursos ou pela excessiva carga tributária.

Figueiredo (2002, p.57) salienta que "a falta de registros contábeis é uma das principais dificuldades para se avaliar a economia informal, fato que distorce as estatísticas no Brasil".

Esses são alguns exemplos dos fatores externos à empresa, mas que influenciam no seu dia-a-dia, na tomada de decisão e na perspectiva de se obter sucesso.

Mas também há muitos fatores internos à organização que dificultam o seu gerenciamento, especialmente a falta de controles internos e de informações consistentes que podem ser geradas pela contabilidade. E as organizações que, provavelmente, menos utilizam as informações tão valiosas da contabilidade são as micro e pequenas empresas.

Por outro lado, as próprias leis muitas vezes causam uma distorção nas atividades da contabilidade. Por exemplo, a Lei 9.317/96, já mencionada, dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte da escrituração da contabilidade para efeito de fiscalização no âmbito federal.

Isto causa grande desinformação dos gestores de micro e pequenas empresas que concluem, a partir de uma leitura simplista da legislação, que não há necessidade da escrituração contábil, o que é uma inverdade que acarreta enormes problemas para as próprias empresas que agem de acordo com tal pensar.

De forma que em grande parte dos casos, não ocorre a escrituração, originando assim escassez de informações gerenciais, que poderiam ser utilizadas para uma melhor gestão das empresas e orientação do mercado nacional, através das estatísticas oficiais.

Resnik (1990, p.136) ainda comenta que “uma das principais causas dos desastres com pequenas empresas é não manter os registros e controles contábeis apropriados, precisos e atualizados – e não usá-los para administrar a empresa”.

Pode-se perceber que os controles contábeis são de suma importância para a boa gerência de negócios. Somente através de informações de qualidade e reais, podem tomar-se as decisões corretas e necessárias para o crescimento de uma organização.

Fica evidente que a realidade brasileira ainda é precária em muitos setores que interferem diretamente na atuação de pequenas empresas, seja pela informalidade, pela incompatibilidade das leis, pela falta de recursos ou pela simples falta de informação e orientação sobre o próprio negócio por parte dos seus gestores.

Nesse sentido, a contabilidade pode, de muitas formas, auxiliar essas empresas, o que será abordado nas seções seguintes.

3 A CONTABILIDADE NOS NEGÓCIOS

Nesta seção busca-se definir, e explicar, a contabilidade e seus principais campos de atuação, bem como demonstrar os novos desafios que estão surgindo para a área e qual a sua importância para a gestão das micro e pequenas empresas.

3.1 Conceitos e importância da Contabilidade

Sá (1998, p.42) afirma que “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Percebe-se, assim, que a contabilidade estuda as alterações de um determinado patrimônio, buscando conhecer quais fatores interferem sobre ele e o modificam, visando promover um melhor desempenho da entidade analisada.

Ressalta ainda Sá (1998, p.44) que o “campo da Contabilidade é a célula social e dentro dela o patrimônio, este como conjunto de meios ou coisas que devem visar satisfazer às necessidades da aludida célula, sob a ótica da eficácia”.

Constata-se que o papel da contabilidade é o de prover subsídios para que as organizações, observadas e analisadas por ela, alcancem maior eficiência, eficácia e economicidade nos seus negócios.

Para melhor esclarecimento, Schrickel (1997, p.31) explicita que “o patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa”.

Assim sendo, a contabilidade estuda as modificações ocorridas nas atividades da empresa, pois estas alteram o seu patrimônio, aumentam ou diminuem

o seu valor econômico e é função da contabilidade evidenciar e registrar todos os fatos ocorridos na organização que implicam em alterações patrimoniais.

Por ser a contabilidade uma ciência, que procura examinar os fenômenos patrimoniais, Ludícibus e Marion (1999, p.53) assim definem seu objetivo:

o objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

O fornecimento de informações aos seus usuários deve ser o principal objetivo do acompanhamento patrimonial realizado pela contabilidade, e são muitas e de variadas naturezas as informações geradas pelas variações patrimoniais de uma entidade.

Por isso, a contabilidade não pode restringir-se a um foco único. Pode-se ressaltar que ela possui três enfoques principais: Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial, todas com finalidades distintas.

Ludícibus e Marion (1999, p.44) ressaltam que "Contabilidade Financeira: é a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas a seus usuários e é obrigatória conforme a legislação comercial".

Essa é a contabilidade mais voltada para o usuário externo, para o fisco, para atender as determinações da lei, visando estar a organização em cumprimento de seus deveres legais, assim como para a apresentação de contas ao mercado, seja na figura de investidores, fornecedores e/ou credores.

Homgren (1989,p.22) complementa esse conceito citando que "a contabilidade financeira preocupa-se principalmente com os aspectos histórico, de

custódia e de procuração dos relatórios externos", mais uma vez reforçando que a finalidade e a atenção dessas informações é de natureza a atender exigências externas à empresa.

Em contraposição à Contabilidade Financeira, aparece a Contabilidade Gerencial, que é interna, visando relatórios mais completos e de controle para melhor auxiliar a administração da empresa.

Iudícibus e Marion (1999, p.44) assim definem "Contabilidade Gerencial: voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para tomada de decisão".

Horngren (1989, p.22) complementa esse raciocínio afirmando que a contabilidade gerencial é aquela voltada para planejamento e controle, visando a elaboração de relatórios úteis à administração interna, para a tomada de decisão e formulação de planos estratégicos para o futuro da organização.

Por sua vez, Atkinson et al (2000, p.42), concluem que a "contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre eventos econômicos de empresas".

Já a Contabilidade de Custos, segundo Iudícibus e Marion (1999, p.44) "está voltada para o cálculo, interpretação e controle dos custos dos bens fabricados ou comercializados, ou dos serviços prestados pela empresa".

Na visão de Horngren (1989, p.22) "a contabilidade de custos é a contabilidade gerencial acrescida de uma pequena parte da contabilidade financeira – à medida que sua função de custeio de produto satisfaz às necessidades dos usuários externos".

Pode-se verificar que a contabilidade de custos e a gerencial têm relação, uma vez que uma utiliza-se das informações da outra para complementar os relatórios e informações para a administração.

O conhecimento dos custos para fabricação, comercialização ou prestação de serviços, é de grande importância para a tomada de decisões dentro de uma organização, pois se esses valores não forem conhecidos ou corretamente avaliados podem provocar decisões erradas quanto à continuidade ou não de sua existência, ou quanto à estratégia de comercialização, por exemplo.

A contabilidade tem um vasto campo de abrangência e utilidade dentro da organização. Cabe ressaltar que cada área sua tem grande importância para uma empresa. Um bom controle de custos é necessário para garantir maior lucratividade nos produtos; uma boa contabilidade financeira mantém a empresa livre de problemas com os órgãos reguladores e fiscalizadores das demonstrações financeiras e dos tributos, assim como um bom planejamento tributário também é indispensável para que a empresa possa reduzir a sua carga tributária.

3.2 O papel do contador na atualidade

Iudícibus e Marion (1999, p.43) ressaltam que "a tarefa básica do Contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões".

Percebe-se que, no âmbito geral, a contabilidade gera informações, tanto gerenciais quanto fiscais, visando auxiliar a gestão das organizações.

Floriani (2002,p.41) comenta que “o contador é, hoje, chamado a desempenhar uma nova, importante e nobre função que se confunde com as lides de um *controller* empresarial, de elevado status na hierarquia organizacional.”

O *Controller*, segundo Iudícibus (1998, p.24),

precisa ser um profissional altamente qualificado, que definirá e controlará o fluxo de informações da empresa, garantindo que as informações corretas cheguem aos interessados dentro de prazos adequados e que a alta administração somente receba informações úteis à tomada de decisão.

O papel do contador deixou de ser apenas o de garantir que as empresas atendam às obrigações impostas pela Legislação. Hoje, é necessário que o profissional da área contábil seja multifuncional.

A economia sofreu grandes alterações nas últimas décadas e conseqüentemente, as empresas precisam adequar-se para não perder competitividade no mercado. Sá (2001, p.23) ressalta que “não são apenas dados internos que alimentam uma previsão contábil na atualidade e que nem todos têm origem em contas derivadas de registros feitos ao sabor da lei e de aspectos financeiros”.

Verifica-se que é preciso ter conhecimento não só da área contábil, de seus princípios e de suas metodologias. Hoje, mas também de economia, administração, direito, mercado de capitais, investimentos, estatística, enfim, de todas as áreas que possam trazer algum acréscimo de conhecimento que será utilizado na solução de problemas de clientes.

Sá (2002, p.47) complementa que “o conhecimento contábil foi pressionado pelos avanços tecnológicos, tanto como pelas profundas alterações dos entornos da riqueza”.

Da mesma forma que ocorreram mudanças externas às organizações, na sua forma de controle interno e na tomada de decisões em relação ao patrimônio, a contabilidade deve estar preparada para conhecer essas mudanças e suas implicações nos resultados da empresa e ser útil neste novo cenário para justificar assim os custos da geração de tais informações.

Na organização, todas as informações e operações que são realizadas e que modificam o patrimônio devem passar pelo registro da contabilidade, de forma que, como ressalta Sá (1998, p.50), “os limites para vender, para comprar, gastar, investir, lucrar, tomar empréstimo, formar provisões etc. devem acomodar-se a modelos que só a Contabilidade como ciência pode oferecer com segurança”.

Cabe ao profissional da contabilidade levantar e disponibilizar essas informações aos micro e pequenos empresários, como será analisado na próxima subseção.

3.3 Contabilidade para micro e pequenas empresas

Atkinson (1976, p.20) observa que

um importante processo no qual se usa a informação contábil numa empresa chama-se controle gerencial. É o processo de assegurar que os recursos são obtidos e aplicados efetiva e eficientemente na realização dos objetivos da organização.

Nesse contexto, percebe-se a importância de se ter informações de qualidade dentro da empresa, para que se possa avaliar corretamente os resultados obtidos e ter mais segurança na tomada de decisão.

Stoner e Freeman (1999, p.440) definem o controle gerencial como “o processo de garantir que as atividades realizadas se confrontem às atividades planejadas”.

Da mesma forma, Atkinson (1976, p.20) ainda esclarece que “controle é o processo pelo qual a administração se assegura, tanto quanto possível, de que a organização segue os planos e as políticas determinados”.

Verifica-se que o controle interno é extremamente necessário dentro de uma organização e que a contabilidade tem papel importante no fornecimento de informações e relatórios que viabilizem a sua execução.

A contabilidade como instrumento gerencial normalmente é mais utilizada pelas médias e grandes empresas, pois estas fazem uso das informações geradas pela contabilidade para a tomada de decisão, até mesmo porque o seu controle, em grande parte dos casos, já é descentralizado.

Nas pequenas empresas a contabilidade normalmente não é utilizada com esse objetivo e sim, visando, tão somente, atender à necessidade legal de registro e escrituração, mas é evidente, pelos motivos aqui apresentados, que deveria, também ser aproveitada como instrumento gerencial, em auxílio à administração.

Floriani (2002, p.41) afirma que “um expressivo volume de empresas familiares é do tipo micro ou pequena organização e, nestas, a figura do contador é cada vez mais relevante, como assessor especial no processo gestor”.

O contador é o profissional mais próximo do pequeno empresário e deve fornecer informações consistentes ao mesmo, auxiliando-o na interpretação dos relatórios para que possa estar melhor preparado para tomar decisões mais corretas.

Mosimann, Alves e Fisch (1993, p.102) afirmam que a Contabilidade “deve ser preditiva e fornecer informações e não dados”. Assim, é função da contabilidade ter noção do futuro da empresa, pois é ela que tem em mãos todas as informações necessárias para projetar os resultados a serem obtidos.

Sá (2001, p.) ressalta que “conhecer sobre a possibilidade de uma empresa continuar a existir e em que condição esta existirá é uma exigência que se impõe aos profissionais.”

Esses relatórios utilizados para a gestão da empresa são gerados com base nas informações da contabilidade financeira, mas sem a preocupação com as normas que regem as demonstrações contábeis, pois são relatórios internos, de forma que, atendendo à necessidade da informação, podem seguir o modelo que for mais conveniente para a organização.

Essas informações se fazem necessárias no dia-a-dia das empresas, mesmo das pequenas. O que ocorre é que muitas vezes a empresa não busca um profissional que possa auxiliá-la ou o próprio contabilista não inclui esse trabalho de gerar informações gerenciais às micro e pequenas empresas no seu rol de atividades.

As pequenas empresas se defrontam também com outra dificuldade: por contar com recursos limitados em caixa, o empresário acaba considerando lucrativo economizar na contratação do contador.

Resnik (1990, p.144) combate esse pensamento afirmando que “um contador realmente competente economizará para você muitas vezes mais esta diferença”. Complementa ainda que “para as pequenas empresas, [...] a escolha de um contador competente tornará menor a importância da contratação de qualquer outro profissional em termos de efeito a longo prazo”.

Cabe também ao contador procurar oferecer o seu trabalho de assessoramento às micro e pequenas empresas, pois, como ressalta Floriani (2002, p.52),

principalmente para micro e pequenos negócios [...].o auxílio do profissional contabilista na gestão e planejamento mercadológico empresarial é de elevada validade. A estes negócios de pequena monta, explica-se, lhe é praticamente impossível a contratação de profissionais de planejamento, pesquisa e gestão administrativa, motivo pelo qual o contador é chamado a ocupar um posto de consultor multifuncional, principal figura gestora de assessoria ao empreendedor.

É necessário que a contabilidade possa assessorar na execução do planejamento empresarial de seus clientes. Schrickel (1997, p.30), afirma que

a contabilidade presta-se a duas finalidades básicas na empresa: controle e planejamento. Como instrumento de controle, suas informações são utilizáveis como meio de verificação, comunicação e motivação. Como instrumento de planejamento, ela permite nortear os programas de investimento e financiamento na empresa.

Planejamento, por sua vez, é a determinação de objetivos e metas a serem atingidos pela organização. Stoner e Freeman (1999, p.136) assinalam que

planejamento é o “processo de estabelecer objetivos e as linhas de ação adequadas para alcançá-los”.

Mosimann, Alves e Fisch (1993, p.41) complementam essa informação citando que o planejamento “é o processo que envolve avaliação e tomada de decisões em cenários prováveis, visando definir um plano para atingir uma situação futura desejada”.

A elaboração de um planejamento facilita a tomada de decisão, pois com metas pré-determinadas e análise das possibilidades futuras, a empresa tende a trilhar um caminho mais seguro e estar melhor preparada para eventualidades.

Tung (1993, p.117) esclarece que as principais vantagens do Planejamento Financeiro são:

- Disciplina nas operações;
- Distinção entre o necessário e o supérfluo;
- Senso de responsabilidade em relação ao lucro previsto;
- Prática da “administração por exceção” (comparação do real com o orçado).

Além do planejamento das atividades, é necessário utilizar-se de instrumentos e sistemas de informação e gestão, para avaliar também as possibilidades financeiras dessas empresas.

Segundo Atkinson et al (2000, p.45) os “sistemas de informação que relatam os custos de atividades, processos, produtos, serviços e clientes da empresa, são usados para uma variedade de tomadas de decisão e de melhorias de atividades”.

Para melhor entender esse posicionamento, Mosimann, Alves e Fisch (1993, p.41) esclarecem que “um sistema de informações pode ser conceituado como uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões”.

Ter um bom sistema de informações é premissa básica para a tomada de decisões com segurança. Figueiredo (2002, p.58), comenta que

o sistema contábil é o mais amplo sistema de informações econômico-financeiras dentro da empresa e oferece aos administradores informações que são usadas como base do processo de planejamento, execução e controle das atividades empresariais.

Dessa forma, fica evidenciado que as microempresas e empresas de pequeno porte atravessam muitas dificuldades nas áreas de planejamento e de gerenciamento por não dispor de recursos financeiros para a implantação de um sistema de informação e controle sofisticado e para remunerar profissionais aptos a executar essa tarefa.

Assim, procura-se avaliar e apresentar instrumentos básicos de organização e controle, que não demandem muito custo e nem muito aperfeiçoamento por parte dos seus gestores e que possam ser implantados e esclarecidos ao gestor através de um profissional da área contábil.

4 RELATÓRIOS E CONTROLES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Diante do exposto, verifica-se que a contabilidade é um instrumento de geração de informações para a tomada de decisão. Atkinson (1976, p.17) considera que "quase todas as empresas possuem um sistema contábil, isto é, um meio de coletar, resumir, analisar e relatar, em termos monetários, informação acerca dos seus negócios".

Cosenza (2001, p.52) afirma que "um modelo contábil moderno necessita garantir não só a sobrevivência da organização, mas, também, a sua perpetuidade e o reconhecimento público da sua agilidade e flexibilidade em oferecer respostas adequadas aos anseios da sociedade".

As pequenas empresas, como já foi exposto, encontram dificuldade em implantar sistemas de controle e informação muito elaborados em função da pouca disponibilidade de recursos para investimento nessa área.

Dessa forma, o contador pode suprir essa necessidade utilizando-se de controles mais simples, mais fáceis de implantar e de entender, mas que auxiliam na administração da empresa e na tomada de decisão por seus gestores.

Conforme informação do SEBRAE (1998, p.18), uma recomendação básica é separar as despesas dos proprietários das despesas da empresa, com o objetivo de eliminar o risco de des controle das finanças, tanto dos empresários como também da empresa.

Essa é também uma das principais dificuldades do dia-a-dia dos pequenos empresários, pois normalmente esses negócios se iniciam com o titular, sua família ou em sociedade com uma pessoa próxima, de forma que se utilizam os recursos da empresa para fins particulares, e vice-versa, sem muito controle, causando um desequilíbrio nas contas, muitas vezes não reinvestindo os recursos gerados pela empresa para fins de continuidade da mesma.

Rosa e Silva (2001, p.85) defendem que:

a sobrevivência e o crescimento da empresa são conseqüências de um planejamento que envolve volume de vendas com margens de lucros que remunerem, de forma satisfatória, o capital investido e um plano de recebimentos e pagamentos intercalados com boa margem de segurança do primeiro para o segundo, garantindo, assim, a viabilidade e a permanência da empresa no mercado.

Pode-se verificar que o planejamento é base para qualquer gestão. Para executá-lo o empresário precisa ter em mãos informações corretas e consistentes sobre o andamento das atividades da empresa e os resultados que ela vem alcançando.

Sá (2001, p.28) afirma que "se o ambiente interno não é competente para movimentar a riqueza com a agilidade necessária, as incertezas tendem a aumentar consideravelmente porque o exógeno pode determinar a ruína do que endogenamente incompetentemente se movimenta".

Verifica-se na prática que a maior dificuldade das empresas é realmente o gerenciamento e controle internos, especialmente o descontrole financeiro, que gera falta de capital de giro e aumento do endividamento pela necessidade de busca de capital de terceiros, muitas vezes sem tempo hábil para procurar menores taxas de juros.

Rosa e Silva, (2001, p.85) ressaltam que “a gestão financeira, para ser eficaz, precisa estar sustentada e orientada por um planejamento de suas disponibilidades.” No mesmo contexto, citam que “os relatórios contábeis são os principais instrumentos de gestão empresarial, tendo como objetivo fornecer informações relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões.”

O SEBRAE (1998, p.18) também recomenda que se procure ter em mãos o controle dos recursos que compõem o capital de giro, representado na empresa pelas contas Caixa, Contas a Receber e Movimento Bancário.

Dessa forma, depois de realizados os estudos, apresentam-se os principais instrumentos de gestão financeira, que facilitarão aos proprietários de micro e pequenas empresas o controle dos seus recursos e um melhor entendimento de sua gestão.

4.1 Contas a Receber e Contas a Pagar

Nas atividades da empresa normalmente não há condições de se comprar e vender somente à vista, mesmo porque a concessão de crédito pelas empresas cresceu muito nos últimos anos, especialmente como forma de manter e conquistar novos clientes.

Gray e Johnston (1977, p.282) diziam que “a venda de bens e serviços a crédito é de longe, o meio mais popular de troca na atualidade”.

A manutenção de um controle rígido dessas contas traz muitos benefícios para a empresa, pois não só garante um índice maior nos recebimentos de créditos pendentes de clientes, como também previne o atraso nos pagamentos, o que torna o dispêndio com juros e multas desnecessário.

Em relação às Contas a Receber, Gray e Johnston (1977, p.261) afirmam que “as contas a receber são importantes porque ao vencerem, e serem cobradas, geram entradas de caixa”. Entradas de caixa sempre são bem-vindas pois significam entradas de recursos financeiros na empresa para a manutenção das suas atividades.

Tung (1997, p.303) esclarece que “nas transações empresariais os valores a receber são separados em dois grupos: valores a receber de ordem mercantil, isto é, relacionados com as vendas da empresa, e valores de ordem diversa como os adiantamentos a empregados”.

É necessário ter um controle de ambas as situações, para evitar que a empresa tenha prejuízos, deixando de cobrar os débitos pendentes.

Segundo o SEBRAE (1998, p.20), o controle de Contas a Receber possibilita conhecer a cada momento o total dos recursos que a empresa tem em poder de terceiros.

Essa análise é importante e cabe ressaltar que além de manter registrados os valores por devedor, é necessário ter um sistema organizado de acompanhamento e cobrança desses valores.

Tung (1997, p.308) comenta que “ao final de cada período contábil a empresa deve ter a atenção voltada para o montante dos ativos a receber bem como para sua composição, a fim de poder localizar os pontos negativos”.

Essas entradas devem ser demonstradas de forma a se saber as datas e os valores a receber em cada período, o que facilita a composição das entradas desses valores na empresa.

Gray e Johnston (1977, p.283) ressaltam que “a administração deve analisar a natureza do padrão de cobrança de valores a receber para determinar a distribuição aproximada das entradas de caixa no tempo”.

O SEBRAE (1999, p.34) apresenta um modelo básico de controle de contas a receber por cliente, apresentado abaixo:

CONTA CORRENTE INDIVIDUAL							
CLIENTE:							
Autor. por	Data Emissão	Nota Fiscal nº	Valor Total	Duplic. nº	Data Vcto	Valor Parcela	Data Pagto

Quadro 1 - Modelo básico de controle de Contas a Receber por cliente
 Fonte: SEBRAE (1999, p.34)

Esse é um modelo contendo as informações básicas, sendo que cada empresa deve elaborá-lo conforme a sua necessidade, contendo as informações mais relevantes.

Da mesma forma que as contas a receber significam entradas de caixa, as contas a pagar significam saídas de caixa já previstas e que com certo grau de certeza serão inevitáveis.

De acordo com o SEBRAE (1998, p.21), “o controle Contas a Pagar é um importante instrumento de informações, que permite ao empresário uma constante orientação sobre os compromissos financeiros com seus fornecedores”.

Além de evitar atrasos, as contas a pagar, especialmente no relacionamento com fornecedores, também podem ser utilizadas como uma forma de financiamento

para a empresa, possibilitando gerar receita e manter as atividades, sem desembolso imediato de recursos. Gray e Johnston (1977, p.268) compartilham deste ponto de vista, explicando que “o papel das contas a pagar é reconhecê-las como uma das fontes que podem ser usadas para obter o capital exigido”.

Essa forma de trabalhar com o dinheiro no tempo também é vantajosa porque, para buscar capital de giro em forma de financiamento junto a instituições financeiras, a burocracia é muito grande e se corre o risco de não conseguir obter o capital necessário.

Gitman (1997, p.628), confirma que:

as duplicatas a pagar são para as empresas a principal fonte de financiamento a curto prazo não-garantido e resultam da compra de mercadorias a prazo, sem que o comprador necessite submeter-se a muitas formalidades para evidenciar sua obrigação com o vendedor.

Resnik (1990, p.189) evidencia que “enquanto seu controle de patrimônio visa acelerar o pagamento das contas a receber, a tarefa aqui é esticar os pagamentos o máximo possível sem alienar seus credores”.

Dessa forma, percebe-se que também em períodos de dificuldade financeira há maior facilidade em renegociar os valores devidos junto aos fornecedores, sem perder a credibilidade, do que seria junto a uma instituição financeira.

O SEBRAE (1999, p.24) demonstra um modelo de controle de contas a pagar por fornecedor, conforme quadro abaixo:

CONTROLE DE CONTAS A PAGAR POR FORNECEDOR							
NOME DO FORNECEDOR:							
Data	Nota Fiscal	Valor Total	Vcto.	Duplic. nº	Data Vcto	Valor Parcela	Obs.

Quadro 2 - modelo de controle de contas a pagar por fornecedor

Fonte: SEBRAE (1999, p.24)

Ter o controle de contas a receber e de contas a pagar em dia na empresa é de suma importância para não haver prejuízos.

Esses controles não precisam ser muito aperfeiçoados, podem ser elaborados em uma planilha eletrônica, pelo próprio contador e repassada aos clientes que trabalham com o uso de informática, ou mesmo manual, em fichas ou livros próprios que podem ser adquiridos em papelaria.

Basta que se tenha informação: data da operação, cliente, valor, vencimento das parcelas, datas e valores pagos ainda que parcialmente, enfim, um acompanhamento dos valores que possibilite conhecer os devedores e os montantes devidos, para que se possa proceder à cobrança nas datas previstas.

Esses valores serão úteis e necessários para a elaboração do Fluxo de Caixa, relatório que será abordado na próxima subseção, e que tem o objetivo de facilitar o planejamento financeiro a curto prazo.

4.2 Fluxo de Caixa

Segundo informação do SEBRAE (1998, p.22), Fluxo de Caixa "é uma previsão de entradas e saídas financeiras (programadas e previstas) por períodos pré-determinados (mensal, trimestral. Semanal) de maneira a nos informar com antecedência como o caixa vai se comportar".

Ressalta-se ainda que sua utilidade consiste em:

- Prever períodos em que haverá necessidade de captação ou aplicação de dinheiro;
- Dotar o empresário de maior tempo para tomada de decisões financeiras;
- Prever, com certa margem de segurança, as operações financeiras de um certo período;
- Evitar desequilíbrio entre entradas e saídas;
- Evitar que recursos fiquem sem rendimento ou remuneração.

A principal vantagem da utilização do fluxo de caixa é ter conhecimento com antecedência do período e dos valores que serão necessários para quitar as dívidas com terceiros e para manter o nível de atividade da empresa, visando com isso trabalhar para obter, em tempo hábil, esses recursos.

Zdanovicz (1998, p.23) esclarece que:

o fluxo de caixa pode ser também conceituado como o instrumento utilizado pelo administrador financeiro com o objetivo de apurar os somatórios de ingressos e desembolsos financeiros da empresa, em determinado momento, prognosticando assim se haverá excedentes ou escassez de caixa, em função do nível desejado pela empresa.

O fluxo de caixa é um dos principais instrumentos a ser utilizado dentro das empresas, pois através dele é que se pode ter o conhecimento com antecedência das necessidades financeiras da empresa. Floriani (2002, p.50) ressalta esse pensamento com a afirmação de que "em se tratando de qualquer tipo de empresa [...], o fluxo de caixa se constitui em importante ferramenta de gestão financeira"

Zdanowicz (1998, p.23) comenta que “fluxo de caixa é o instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período”

Silva (apud FLORIANI, 2002, p.49) ressalta a importância do Fluxo de Caixa dentro das organizações, ponderando que este

é considerado por muitos analistas como um dos principais instrumentos de análise, propiciando-lhes identificar o processo de circulação do dinheiro, através da variação das disponibilidades mais aplicações financeiras, bem como do exame sobre a origem e aplicação do dinheiro, que aparentemente transitou pela empresa.

Floriani (2002, p.50) complementa esse raciocínio quando comenta que “por meio deste, pode-se analisar melhor o desempenho financeiro das atividades operacionais, das atividades de investimentos e das atividades de financiamentos”.

Segundo Zdanowicz (1998, p.24), os principais objetivos da utilização do Fluxo de Caixa são:

- proporcionar o levantamento de recursos financeiros necessários para a execução do plano geral de operações e, também, da realização das transações econômico-financeiras pela empresa;
- empregar, da melhor forma possível, os recursos financeiros disponíveis na empresa, evitando que fiquem ociosos e estudando, antecipadamente, a melhor aplicação, o tempo e a segurança dos mesmos;
- planejar e controlar os recursos financeiros da empresa, em termos de ingressos e desembolsos de caixa, através das informações constantes nas projeções de vendas, produção e despesas operacionais, assim como de dados relativos aos índices de atividades: prazos médios de rotação de estoques, de valores a receber e de valores a pagar;
- saldar as obrigações na data do vencimento;
- buscar o perfeito equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa;
- analisar as fontes de crédito que oferecem empréstimos menos onerosos, em caso de necessidade de recursos pela empresa;
- evitar desembolsos vultuosos pela empresa, em época de baixo encaixe;
- desenvolver o controle dos saldos de caixa e dos créditos a receber pela empresa;
- permitir a coordenação entre os recursos que serão alocados em ativo circulante, investimentos e débitos.

Rosa e Silva (2001, p.86) ainda complementam que

o fluxo de caixa é um retrato fiel da composição da situação financeira da empresa. É imediato e pode ser atualizado diariamente, proporcionando ao gestor uma radiografia permanente das entradas e saídas de recursos financeiros da empresa.

O acompanhamento diário do caixa também é necessário. Encontra-se nas papelarias um formulário de Livro Caixa que é utilizado para o acompanhamento da movimentação dos valores de entrada e saída dia-a-dia.

O Fluxo de Caixa pode ser elaborado de acordo com a necessidade da empresa e elencando as contas que o contador ou o administrador considerarem necessárias e úteis para o caso de cada empresa. Rosa e Silva (2001, p.86) salientam que "não existe um modelo melhor que o outro, tudo depende da necessidade de informação do usuário".

A seguir, será demonstrado um modelo de Fluxo de Caixa, proposto por Schrickel (1997, p.79).

FLUXO DE CAIXA: Entradas e Saídas			
	90 dias	6 meses	1 ano
1. ENTRADAS DE CAIXA			
- Vendas à Vista			
- Recebimento de Clientes (Vendas a Prazo)			
- Desconto de Duplicatas			
- Receitas Financeiras de Aplicações			
- Aluguéis			
- Venda de Imobilizado			
- Resgate de Aplicações Financeiras			
- Vendas "por fora"			
- Aumento de Capital Social			
- Outras			
Total de Entradas de Caixa			
2. SAÍDAS DE CAIXA			
- Compras à Vista			
- Pagamentos a Fornecedores (Compras a Prazo)			
- Aquisição de Imobilizado			
- Salários e Ordenados			
- Energia elétrica			
- Telefone			
- Manutenção de Máquinas e Equipamentos			
- Despesas Industriais			
- Despesas Administrativas (gerais)			
- Despesas de Vendas (comissões, etc)			
- Despesas Tributárias (IPI, ICM, PIS, etc)			
- Despesas Financeiras (juros, IOF, etc)			
- Outras			
Total de Saídas de Caixa			
3. Saldo Líquido de Caixa no Período			
4.(+) Saldo de Caixa Anterior			
5. Saldo Total de Caixa			
6. Empréstimo Pleiteado			
7. Pagamento de Empréstimos (existentes)			
8. Saldo Final de Caixa			

Quadro 3 - Modelo básico de Fluxo de Caixa

Fonte: Schrickel (1997, p.79)

Esse é um modelo básico de fluxo de caixa, que traz as principais contas que uma empresa precisa, mas, como já foi citado, ele deve ser elaborado de acordo

com a necessidade do usuário, de forma a propiciar as informações mais relevantes para cada empresa.

O Fluxo de Caixa demonstra as entradas e saídas de caixa em determinado período. Ele pode ser elaborado periodicamente para fins de planejamento e controle, bem como pode ser feito com base em períodos anteriores, extraíndo-se os dados da Demonstração de Resultado do Exercício, excluindo-se os itens não monetários, para depois se trabalhar com projeção para períodos posteriores.

A Demonstração do Resultado do Exercício será o assunto tratado na próxima subseção.

4.3 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício constitui-se no relatório que trará resumidamente todas as operações patrimoniais da empresa em determinado período.

Conforme Gitman (1997, p.71), "a demonstração do resultado do exercício fornece um resumo financeiro dos resultados das operações da empresa durante um período específico".

Tung (1993, p.73), assinala que "assim, o balanço é uma demonstração da posição financeira de forma estática, em determinada data, enquanto o demonstrativo de resultados espelha uma operação, de forma dinâmica, em determinado período".

Essa demonstração evidencia a movimentação do patrimônio da empresa, por isso é considerada dinâmica, pois na demonstração de resultado são registradas todas as receitas e despesas ocorridas na empresa.

Através da sua análise pode-se verificar os itens mais onerosos nas saídas, buscando-se uma solução para reduzir esses custos e despesas nos períodos posteriores.

Ressalta Tung (1993, p.79) que “a avaliação da capacidade da empresa em manter suas despesas em nível adequado é feita geralmente pelo valor nominal das despesas e pela sua porcentagem em relação às vendas líquidas”.

Marion (1998, p.109) explica que

a Contabilidade da empresa elabora, entre outras demonstrações, a Demonstração do Resultado do Exercício, onde observamos o grande indicador global de eficiência: o retorno resultante do investimento dos donos da empresa (lucro ou prejuízo).

É também na Demonstração do Resultado do Exercício que se demonstra o resultado final obtido na empresa no exercício ou no período em que for elaborada. Através dela, observa-se o lucro ou prejuízo, e as principais contas que formaram esse resultado.

A Demonstração de Resultado do Exercício será composta pelas contas analíticas de acordo com a atividade e a necessidade de cada organização, de forma que abaixo sugere um modelo padrão, com base na Lei 6.404/76, em seu art. 187, em seus itens mínimos:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
I.	Receita Bruta de Vendas e Serviços
1.	Venda de produtos
2.	Venda de Serviços
II.	Deduções da Receita Bruta
1.	Vendas Canceladas
2.	Abatimentos
3.	Impostos Incidentes sobre Vendas
III.	Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados
IV.	Despesas Operacionais
V.	Resultados Não-operacionais
VI.	Provisão para Imposto de Renda
VII.	Participações e Contribuições
VIII.	Lucro/(Prejuízo) do Exercício

Quadro 4 - Modelo básico de DRE

Fonte: Elaborado pela autora com base na lei 6.404/76

A demonstração de resultado é uma das principais ferramentas para a análise do desempenho da empresa, pois evidencia detalhadamente as operações e comparada com outros períodos pode ajudar na análise dos pontos fracos e fortes da organização.

Assim, esse demonstrativo busca a economia com dispêndios, objetivando melhor lucro e o conhecimento das razões que interferem ou causam alterações nos valores da movimentação desses itens na empresa.

Por todos esses fatores, ela é um instrumento muito útil para a boa gestão financeira da empresa Marion (1998, p.110) observa que

o sucesso dessa gestão, sem dúvida, será medido comparando-se o resultado do exercício (obtido pela demonstração do resultado do exercício), com o montante aplicado no Ativo e/ou com o capital investido pelos proprietários.

Muitas informações são obtidas através do estudo da Demonstração do Resultado do Exercício. Sua observação terá muitas implicações sobre a empresa, no aumento de seu valor econômico e no retorno gerado aos proprietários.

Obtendo-se um bom resultado, este aumentará o Patrimônio Líquido da empresa, que é o seu capital próprio, demonstrado no Balanço Patrimonial, apresentado a seguir.

4.4 Balanço Patrimonial

Existem muitas definições para o Balanço Patrimonial, que é uma das principais demonstrações contábeis, sendo inclusive de publicação obrigatória conforme a Lei das Sociedades Anônimas.

Tendo em vista o objetivo deste estudo selecionou-se a definição de Schrickel (1997, p.52) que “o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática e sintética dos registros contábeis que espelham o patrimônio da empresa, pois se refere a determinado dia”.

Gitman (1997, p.72) também traz sua definição de que “o Balanço Patrimonial representa a demonstração resumida da posição financeira da empresa em determinada data”. Dessa forma, o Balanço Patrimonial traz a composição do Patrimônio da empresa em determinada data.

Pode-se estudar detalhadamente os itens que o compõem e verificar os valores disponíveis, os estoques, as imobilizações e o endividamento da empresa com terceiros, obtendo-se assim a situação econômica da empresa.

Marion (1998, p.53) explica que “o Balanço patrimonial (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito, denominada Passivo e Patrimônio Líquido; e a coluna do lado esquerdo, denominada Ativo”.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Quadro 5 - Configuração básica do Balanço Patrimonial

Fonte: Marion (1998, p.53)

Em seguida, explica Marion (1998, p.53) que “o Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa”.

Os bens e direitos da organização se constituem basicamente de saldos bancários e de caixa, estoques, duplicatas e outras contas a receber, investimentos e imobilizações.

Da mesma forma Marion (1998, p.55) explica que “o Passivo evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: contas a pagar, fornecedores” e que “o Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento”.

Em contrapartida aos itens do Ativo, o Passivo evidencia o endividamento com terceiros e o Patrimônio Líquido, o capital investido mais os resultados obtidos pela empresa em suas atividades.

Gitman (1997, p.72) salienta que “a demonstração confronta os ativos da empresa (o que ela possui) com suas fontes de financiamentos que podem ser dívidas (obrigações) ou patrimônio (o que foi fornecido pelos proprietários)”.

Ao fazer essa confrontação obtém-se a situação da empresa, de forma a conhecer sua estrutura patrimonial. Schrickel (1997, p.52) comenta que "o balanço é sem dúvida, a forma mais simples, direta e melhor para se conhecer e avaliar uma empresa".

Todas as informações sobre a constituição do patrimônio da empresa em determinada data estão demonstradas nesse relatório, de forma que ele é um instrumento básico para avaliar a real situação da empresa.

Schricket (1997, p.53) complementa este tópico enfatizando que o balanço patrimonial permite distinguir quatro aspectos fundamentais em sua informação:

- Econômico: O balanço patrimonial mostra a situação e a variação dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), em face ao Ativo e Passivo (partindo-se da premissa de que se disponha de dois balanços seqüenciais).
- Financeiro: Evidencia as disponibilidades [...] da empresa em face de suas responsabilidades
- Patrimonial: Espelha a riqueza patrimonial evidenciando os capitais aplicados (bens e direitos) e a origem dos mesmos (obrigações)
- Específico: Revela a natureza dos bens, direitos e obrigações que formam o Patrimônio, classificando-os em grupos distintos.

O Balanço Patrimonial, por se tratar de um relatório contábil tradicional, instituído em lei, tem sua estrutura básica definida, podendo ser composto por contas distintas de acordo com cada empresa, mas segue basicamente a composição abaixo, apresentada por Schrickel (1997, p.54):

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
I. ATIVO CIRCULANTE 1. Disponível 2. Clientes 3. Outros Créditos 4. Investimentos Temporários 5. Estoques 6. Despesas do Exercício Seguinte II. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 1. Créditos e Valores 2. Investimentos Temporários 3. Despesas Antecipadas III. ATIVO PERMANENTE 1. Investimentos 2. Imobilizado 3. Diferido	I. PASSIVO CIRCULANTE 1. Empréstimos e Financiamentos 2. Fornecedores 3. Obrigações Fiscais 4. Obrigações Sociais 5. Outras Obrigações 6. Provisões II. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO III. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS IV. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1. Capital Social 2. Reservas de Capital 3. Reserva de Reavaliação 4. Reserva de Lucros 5. Lucros/(Prejuízos) Acumulados 6. Ações em Tesouraria

Quadro 6 - Estrutura básica do Balanço Patrimonial segundo a Lei 6.404/76

Fonte: Schrickel (1997, p.54)

A Lei 9.317/96, através do seu artigo 7º, preceitua que se proceda à escrituração do Livro Caixa, no qual deverá estar registrada toda movimentação financeira da organização, inclusive bancária e o Livro Registro de Inventário.

Poderia entender-se que, essa forma implícita denota que as microempresas e empresas de pequeno porte estariam dispensadas das escrituração contábil e elaboração dos demais relatórios obrigatórios pela Lei 6.404/76.

Mas cabe ressaltar que, apesar de estar dispensada da elaboração dessa demonstração, e inclusive da manutenção de uma escrita contábil, ao fazer a escrituração dos livros antes mencionados a empresa realmente pode verificar seu desempenho na atividade exercida, através da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial.

Tanto a Legislação Comercial, como a Lei das Sociedades por Ações e a Legislação Previdenciária, contêm artigos que tratam da necessidade de se manter uma escrituração formal para todas as empresas, sem distinção.

Schricket (1997, p.49) comenta que

a análise de balanços, qualquer que seja seu propósito específico [...] baseia-se numa multiplicidade de demonstrações econômico-financeiras, delas extraindo as informações julgadas oportunas e condizentes com o propósito que se tenha em mente.

Através da análise dessas demonstrações contábeis, em conjunto com o fluxo de caixa e outros controles que a empresa ou o contador julgarem necessários, é que se poderá construir uma gestão capacitada, que tenha conhecimento dos resultados atingidos e que possua condições de avaliar os erros e acertos de sua administração.

Além de avaliar os resultados, é necessário utilizar-se deles para projetar o futuro e reformular as diretrizes que regem os rumos da organização. Neste ponto, Schrickel (1997, p.52) acrescenta que

a análise atenta e prudente de uma série de balanços de determinada empresa, em conjunto com outros demonstrativos e informações pode oferecer ao analista a percepção de uma tendência que pode ser-lhe extremamente valiosa na formulação de conclusões acerca de seu desempenho passado e futuro, em potencial.

Até mesmo para projeção de planos futuros da empresa, é necessário dispor de relatórios que demonstrem o percurso da organização até aquela data. Daí a importância de se manter uma escrituração contábil e um acompanhamento do desempenho da empresa.

Desse modo, o contador estará cumprindo sua função de consultor gerencial dos micro e pequenos empresários, para auxiliá-los a conhecer melhor o seu próprio negócio e aos poucos ter condição de compreender esses relatórios e utilizá-los no seu dia-a-dia, buscando uma melhor condição e permanência no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que muitos outros recursos podem ser utilizados para aprimorar a gestão das micro e pequenas empresas, mas o objetivo deste trabalho foi demonstrar quais os recursos básicos para o contador auxiliar essas empresas, sem elevar muito o custo dos serviços, considerando a não disponibilidade de recursos financeiros para investir na área de gerenciamento.

Ressalta-se que os relatórios estudados possibilitam manter sob controle a saúde financeira da empresa, visto que com um controle eficaz das Contas a Pagar é possível honrar compromissos em tempo hábil, evitando juros e multas desnecessárias, e controlar melhor o Capital de Giro.

Da mesma forma, o controle gerencial das Contas a Receber permite manter em dia as cobranças dos clientes, evitando ou diminuindo os riscos de atraso e de inadimplência, o que, além de prejudicar o fluxo de caixa da empresa, pode diminuir seu patrimônio.

A eficiência desses controles contribui para prever melhor as entradas de dinheiro e, simultaneamente, planejar e programar melhor os desembolsos necessários para o bom andamento dos negócios.

Já a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, evidenciam, no final de cada período, a situação financeira da empresa e o seu desempenho.

É possível verificar se a empresa atingiu lucro ou prejuízo, em que itens foram aplicados os principais recursos para a manutenção das atividades da empresa, visando corrigir gastos desnecessários e identificar itens cujos valores possam ser reduzidos para melhorar o resultado.

Também é possível analisar como e onde estão sendo investidos os valores da empresa, se em bens, estoques, imobilizações ou se o dinheiro se encontra disponível nos bancos ou caixa e, eventualmente, se houver excedente de liquidez, fazer aplicações financeiras com o intuito de gerar um rendimento extra para a empresa.

Cabe esclarecer que cada empresa tem sua realidade e os profissionais da área contábil devem verificar qual a melhor forma de utilizar as informações e extrair dos relatórios o que for útil ao processo decisório, sendo dessa forma efetivos consultores para as micro e pequenas empresas.

Outro item importante é a necessidade de inclusão desse serviço no rol de atividades oferecidas ao empresário pelo profissional da área contábil, que conhece esses relatórios e que pode interpretar suas informações para orientar as melhores aplicações e investimentos dos recursos da empresa.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

ADEMPE, Associação das Micro e Pequenas Empresas. **Como Organizar e Dirigir uma Empresa**. São Paulo: Adempe, 2001.

BRASIL. Lei n.9.317, de 5 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento dos Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

CONSENZA, José Paulo. **Perspectivas para a profissão contábil num mundo globalizado: Um Estudo a partir da Experiência Brasileira**. In: CFC. Revista Brasileira de Contabilidade – RBC. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2001. n. 130, p.43-64, jul./ago, 2001.

DE MORI, Flávio et al. **Administrando pequenos negócios**. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores da UFSC, 1998.

FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de. **Contabilidade: exercício e atitudes de profissionais e clientes, PMEs optantes pelo Simples – Lei n.º 9.317/96**. In: CFC. Revista Brasileira de Contabilidade RBC. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade 2002. n. 133, p.57-67, jan./fev.2002.

FLORIANI, Oldoni P. **Os Desafios da Empresa Familiar para o Contador Moderno**. In: CRCSC & VOCÊ. Florianópolis: Conselho Regional de Contabilidade, 2002, v.1, n.º 01, p.41-62, dez/2001-mar/2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1989.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7.ed. São Paulo. Harbra, 1997.

GRALIK, Elisabeth. **Estágio de vida da microempresa e os fatores de estagnação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção).

GRAY, Jack. JOHNSTON, Kenneth S. **Contabilidade e administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

HORNGREN, Charles T. **Contabilidade de custos um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello. ALVES, Osmar de C. FISCH, Sílvia. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. Florianópolis: UFSC, 1993.

RESNIK, Paul. **A bíblia da pequena empresa**. São Paulo: McGraw-Hill/Makon Books, 1990.

REY, Luis. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2.ed. São Paulo, Blucher, 1993.

ROSA, Paulo Moreira da; SILVA, Almir Teles da. **Fluxo de caixa: instrumento de planejamento e controle financeiro e base de apoio ao processo decisório**. In: Revista Brasileira de Contabilidade - RBC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2002. n. 135, p.83-95, mai./jun. 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1977

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. **Conceitos e responsabilidades profissionais nas previsões, planejamentos e orçamentos**. In: Revista Brasileira de Contabilidade - RBC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2001. n. 131, p.23-29, set./out.2001.

SÁ, Antônio Lopes de. **Intensidade funcional eficaz da riqueza e análise contábil sobre a continuidade dos empreendimentos**. In: Revista Brasileira de Contabilidade - RBC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2001. n. 130, p.65-69, jul./ago.2001.

SÁ, Antônio Lopes de. **A nova realidade contábil e a concepção científica do neopatrimonialismo como ação intelectual além da inteligência artificial**. In: Revista Brasileira de Contabilidade - RBC, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2002. n. 133, p.47-56, jan./fev.2002.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta**. São Paulo, Atlas, 1997.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequena Empresa. Administração de pequenos negócios. Florianópolis: Sebrae, 1998.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequena Empresa. Administração Financeira. Florianópolis: Sebrae, 1999.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequena Empresa. Pesquisa fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas. Brasília: Sebrae, 1999.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TUNG, Nguyen H. Controladoria financeira das empresas. 8.ed. São Paulo: Universidade-Empresa, 1993.

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 9. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.